

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Afonso Gomes de Oliveira ¹
Ana Paula Ferreira de Oliveira ²
Débora Freire de Lima ³
Ciclene Alves da Silva ⁴

RESUMO

Essa pesquisa discorre sobre a importância da participação da comunidade nas decisões da escola, tendo em vista a efetivação do parâmetro qualidade educacional. A gestão democrática da escola tem sido discutida por diversos teóricos, como condição para atingir a tão sonhada qualidade educacional, principalmente na modalidade da educação básica pública. O objetivo proposto busca o levantamento de informações que possibilitam a análise de elementos que caracterizam essa participação e, como tal, apontar algumas controvérsias intrínsecas a esse conceito. Ao discutir gestão democrática com a comunidade e gestores, nosso trabalho propõe o levantamento de informações importantes ao se pensar algumas implicações acerca da contribuição e efetivação da participação social externa a escola no gerenciamento de instituições públicas no interior do Alto-Oeste Potiguar, voltando-se especificamente, ao ensino básico. A metodologia tem abordagem qualitativa e caráter teórico-bibliográfico, utilizando um questionário semiestruturado para coleta de dados. Através dos questionamentos levados aos gestores e membros da comunidade pode-se evidenciar que os principais problemas estão relacionados ao conhecimento do conceito de gestão democrática e condições de participação que está sendo empregada à comunidade atendida.

Palavras-chave: Educação Básica, Participação Social, Colegiados.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa discorre sobre a importância da participação da comunidade nas decisões da escola, tendo em vista a efetivação do parâmetro qualidade educacional. Também abordamos o princípio da gestão democrática para a educação nacional, uma vez que, tal questão, vem sendo discutida e analisada por diversos teóricos, como condição necessária para efetivação do princípio escolar, promover ensino de qualidade para todos, contemplando sempre a gestão

¹ Graduando do Curso de Pedagogia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, afonso13579@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, ana19051998@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, deborafreire357@gmail.com;

⁴ Professora Orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, ciclenealves@uern.br.

participativa, sendo esta, percebida como parte integrante do processo de democratização da escola pública.

A prática escolar deve estar comprometida com a interdependência entre escola e sociedade, seu objetivo é situar os sujeitos como participantes ativos na sociedade em função do exercício pleno de cidadania (Brasil, 1998). Nesse sentido, podemos elencar a participação como ação fiscalizadora e avaliadora, uma prática que favorece diálogos, críticas, reflexões e iniciativas as decisões e anseios da escola como instituição pública social.

Para tanto, Bobbio (2000) evidencia que essa participação só é efetiva quando a comunidade (chamada a participar) é colocada em condições adequadas para tal, pois, não é possível estabelecer uma gestão democrática quando esse público não tem acesso às informações e demandas necessárias. Nessa análise, é possível observar que o cenário brasileiro, na maioria das escolas, falta consenso entre o princípio e o problema.

Grande parte dos gestores apontam a falta de interesse e participação como principal problema, enquanto a comunidade acredita está sendo efetiva quanto a sua participação, uma vez que, sempre participam de reuniões. É importante notar que esses fatores acabam remetendo a uma conclusão, para concretizar-se, é imprescindível uma maior integração entre escola e comunidade, a mera participação em reuniões não basta.

Conforme Paro (1986), a gestão participativa é aquela que viabiliza o consenso entre o contexto escolar e a comunidade, ambas estão dialeticamente constituídas. Em consonância, Bordenave (1994) acrescenta que a participação é uma habilidade que aprende-se e aperfeiçoa-se, é preciso haver equilíbrio entre tais vertentes sob o efeito de que a democratização na tomada de decisões aumenta a probabilidade de autonomia e sucesso da escola. Entretanto, o que se observa é, a normatização da participação como um procedimento estritamente formal.

Haja vista, o objetivo proposto aqui, busca o levantamento de informações que possibilitam a análise de elementos que caracterizam essa participação e, como tal, apontar algumas controvérsias intrínsecas a esse conceito. Ao discutir gestão democrática com a comunidade e gestores, nosso trabalho propõe o levantamento de informações importantes ao se pensar algumas implicações acerca da contribuição e efetivação da participação social externa a escola no gerenciamento de instituições públicas no interior do Alto-Oeste Potiguar, voltando-se especificamente, ao ensino básico.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico neste estudo é uma abordagem qualitativa, a qual, consiste uma investigação dos conceitos de gestão democrática e participação da comunidade escolar na tomada de decisões. Na perspectiva de Gil (1999) a pesquisa qualitativa é subjetiva, ergue-se justamente sob a abordagem do problema de modo a interpretar os significados através da análise crítica do objeto de estudo. Os dados foram coletados por meio de um questionário semiestruturado aplicado de forma remota a gestores escolares e pais de alunos nas cidades de Pau dos Ferros, Pilões e São Francisco do Oeste, estado do Rio Grande do Norte, região do Alto-Oeste Potiguar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão Democrática: apresentação

Historicamente, a gestão democrática surge com um único princípio, o do ensino, isso na Constituição de 1988. Mediante a visão de Paro (2006), ao utilizarmos os termos “gestão democrática da escola” já é implícita a participação da comunidade no processo, representa um modo de gerir a escola, onde a comunidade escolar (composta pelos professores, funcionários, alunos e família) deve participar de forma ativa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) em seu artigo 14 discorre:

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Dessa forma, constitui-se o processo de gestão democrática, como já citado, é o modo de gerir a escola pelo qual a participação da comunidade é essencial, não somente para executar ações que foram previamente definidas, mas para participar ativamente da tomada de decisões, opinando e discutindo sobre. Paro (1995) acredita que esse processo só efetiva-se quando há colaboração de todas as partes envolvidas, a gestão educacional deve se pautar na mediação do processo de coordenação das ações administrativas e pedagógicas, sendo a ação pedagógica do ensino a finalidade primeira da escola.

No Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº13.005/2014) apresenta uma menção sobre a efetivação da gestão democrática (meta 19):

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (Brasil, 2015).

Percebemos então, que este é um parâmetro almejado e estabelecido por lei, mas ainda assim, não conseguiu se efetivar de fato. Beraldo e Pelozo (2007) apontam que a participação na gestão da escola será facilitada pela conquista da sua autonomia, juntamente com o processo de descentralização poderão liderar a iniciativa criadora da escola, permitindo que ela se insira mais harmoniosamente no contexto sociocultural da comunidade. Em síntese, é um meio de reduzir os controles burocráticos inúteis que a fazem perder tempo. Entretanto:

é imprescindível que o poder descentralizado transferido oficialmente a responsabilidade das unidades escolares seja respeitado pelas autoridades dos níveis superiores. A descentralização e autonomia efetiva das escolas criam a condição facilitadora básica da possibilidade de sua gestão colegiada. Sua prática constitui a garantia de uma inserção dinâmica do sistema escolar no sistema social global, assegurando a supressão das disfunções burocráticas entre os participantes do ensino e transformando-se numa relação de colegialidade (Beraldo; Pelozo, 2007, p. 3).

Construção do conceito de democracia

A visão dúbia da gestão democrática é um problema que deve ser discutido partindo do princípio de democracia, pois existe uma visão errônea desse conceito resumindo-se ao voto popular, é preciso ir além desse conceito, ela representa "um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados" (Bobbio, 2000, p. 22).

Seguindo essa linha de raciocínio, democratizar a gestão da escola pública pressupõe a ampliação da participação da comunidade na criação do projeto político pedagógico, não podendo estar resumido apenas aos processos de tomada de decisão, pois a participação só é efetiva quando as pessoas são chamadas também a participar, colaborar e fiscalizar os ramos da criação das políticas, além de auxiliar na tomada de decisões.

Bourdieu (1998) discorre que pensar a democracia exige pensar as possibilidades reais de sua realização, do contrário, trata-se apenas de uma democracia estética. Assim, ele diz que a melhor maneira de enxergar uma sociedade "democrática" é revisando seus parâmetros estruturais, se eles vão de encontro a realidade contextual em que a escola está inserida e se seus objetivos estão de acordo com as chances de acesso aos instrumentos institucionalizados de ascensão social e de salvação cultural que ela concede aos indivíduos.

Vale salientar que, por está inserida nos mais diversos contextos, a instituição escolar conta com diversas peculiaridades. De maneira especial, a escola pública atende principalmente as classes trabalhadoras, a partir disso emerge a importância da participação da comunidade, é a chance que a classe baixa tem de exigir direitos, de contribuir com a construção de uma escola mais justa, qualificada e que atenda aos seus interesses, trabalhando as perspectivas de acordo com o cenário vigente.

Importância da participação na gestão escolar democrática

Segundo Paro (2011) a participação da comunidade enquanto parte essencial de uma gestão democrática, deriva ter como foco dois motivos principais, o primeiro está relacionado a necessidade de um controle democrático do estado, pela população que é usuária do sistema de educação e a participação da comunidade está para além da escolha dos representantes, se faz necessária dia a dia no âmbito escolar, para que vejam, problematizem e discutam sobre as diversas temáticas que surgem nesse ambiente.

O segundo motivo que o autor apresenta diz respeito a natureza da educação fundamental, supõe, mesmo em um grau mínimo, a continuidade entre educação familiar e escolar, “trata-se por um lado de reconhecer e levar em conta, que a educação, em seu propósito de formação de personalidade, se inicia muito antes da criança entrar para a escola” (Paro, 2011, p.193), desse modo, deve existir uma comunicação ativa entre os pais e a escola, para que caminhem na mesma perspectiva de alcance dos objetivos educacionais. Assim, como menciona Beraldo e Pelozo,

democratizar a gestão da educação requer, fundamentalmente, que a sociedade possa participar no processo de formulação e avaliação da política de educação e na fiscalização de sua execução, através de mecanismos institucionais. Esta presença da sociedade materializa-se através da incorporação de categorias e grupos sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo educativo, e que, normalmente, estão excluídos (pais, alunos, funcionários, professores) (2007, p. 1).

Os autores citam ainda que através da autonomia, criam-se novas relações sociais opostas às relações autoritárias, pois a descentralização é sinônimo de autonomia na construção de uma escola democrática. Nesse processo, criam-se possibilidades e condições facilitadoras que promovem a gestão colegiada, é uma prática que “constitui a garantia de uma inserção dinâmica do sistema escolar no sistema social global, assegurando a supressão das disfunções

burocráticas entre os participantes do ensino e transformando-se numa relação de colegialidade” (Beraldo; Pelozo, 2007, p.3).

Escola e comunidade: integração e contribuição

Reconhecer a importância da comunidade na escola não basta, para estabelecer uma gestão democrática faz-se necessário à criação de estratégias que busquem a participação ativa de todos no processo educacional. Nesse sentido, podemos refletir acerca das raízes históricas que colaboram ainda hoje com o impasse voltado à integração da comunidade na gestão escolar. Durante muito tempo às decisões cabiam apenas ao gestor escolar, isso implica que as responsabilidades estavam a cargo apenas da escola, mais especificamente ao diretor. Hodiernamente, o fracasso ou sucesso da escola está atrelado apenas ao gestor e de responsabilidade apenas da escola, descartando outras esferas.

Respaldos teóricos baseados na teoria geral da administração indicam que o ambiente social tem tanta responsabilidade quanto a escola ou gestor quando nos referimos ao fracasso ou sucesso da instituição. A Constituição Federal de 1988 e com a lei nº 9.394/96 laçam algumas preposições que carecem reflexão, mas uma das principais, é como fazer para que todos os atores sociais que fazem parte da comunidade participem da gestão na escola. A dificuldade apresenta-se pelo simples fato de não existir uma receita pronta que estabeleça os procedimentos de sucesso, é preciso que todos os envolvidos (a sociedade no geral), entenda a importância desse campo teórico e qual seu papel nesse processo.

Diante desse cenário, evidencia-se que o gestor é parte fundamental para efetivação da qualidade educacional, uma vez que tem a capacidade para planejar, delegar funções e tarefas e fazer com que todos os envolvidos participem de forma ativa, ajudando a comunidade no desenvolvimento de uma cultura que reconheça e entenda a importância da escola, e que seu sucesso ou insucesso afeta toda sociedade. Não é uma tarefa fácil, pois os processos que devem ser desenvolvidos na gestão democrática demandam tempo e disponibilidade de outras pessoas, o planejamento deve respeitar a heterogeneidade e a individualidade de cada membro da comunidade atingida.

Em vista disso, é importante trabalhar à democracia como um todo, e a estruturação desse planejamento deve ter como objetivo tomar decisões não apenas nas questões pedagógicas, mas também administrativas, financeiras, e principalmente, culturais, estabelecendo um vínculo de confiança entre os membros, promovendo a integração para concretização efetiva de uma gestão democrática qualificada.

Problemas na ausência do apoio familiar

Conhecer o conceito de gestão democrática não significa que ela está sendo praticada como deve, como já exposto anteriormente, os gestores devem saber que significa democracia, no entanto, quase nunca é posta em prática, mesmo sabendo a emergência dessa questão na educação pública brasileira.

A gestão democrática escolar nasceu em meio a um contexto de lutas e em um período de descentralização de poder, ao final de um período bastante conturbado e doloroso da nossa história, que nos inflou de princípios democráticos sobre as novas perspectivas sociais, um Estado novo marcado com ideais neoliberais no sistema econômico, reservou toda responsabilidade de garantir a eficácia e a eficiência para o sistema público de ensino, propagando a ideia de que a própria comunidade reconhece os seus problemas e que por tanto conhece os meios necessários para solucioná-los.

Conforme Libâneo (2004), por muito tempo acreditou-se que uma gestão democrática da escola consistia apenas no direito de escolha dos diretores das instituições públicas de ensino através do voto numa eleição direta, contudo evidenciou-se que esse tipo de gestão vai além, sendo corroborada por princípios e peculiaridades defendidas como dinâmica a serem efetivadas. Porém, do que adianta ter representantes ativos das instâncias da comunidade escolar, se não existe representantes delas nas tomadas das decisões? Por que parte dessa comunidade não participa dessa gestão?

A rotina corrida, a falta de tempo dos pais e em muitos casos os pais são leigos ao tema de gestão democrática, os tornam ausentes na participação de tomada de decisões dessa gestão. A escola torna-se representante e mediadora da gestão democrática representando pais, alunos e educadores e administração. Conforme Paro,

pode-se pensar em uma integração dos pais com a escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que, por um lado, é um bem cultural para ambos, por outro, pode favorecer a educação escolar e, isso facto, reverter-se em benefício dos pais, na forma da melhoria da educação de seus filhos (2007, p. 5).

Dessa forma, entendemos que para construir a gestão democrática, é de suma importância a participação de toda comunidade, tanto da família, quanto dos profissionais e funcionários da escola. É com esses fatores que posicionaremos as questões sociais e políticas em ênfase, visto que, grande parte dos pais ou responsáveis não participam dessa gestão por tais fatores. Nesta ótica, percebe-se que ocorre interesses diferentes para famílias de classes

sociais distintas, em uma sociedade que é dividida por classes, os bens de consumo e culturais são distribuídos de maneira desigual, no entanto, por vezes o ensino público tende a fechar os olhos para esse fato, uma família considerada violenta e pobre tende a ser mais distante do âmbito escolar e esse distanciamento acaba causando entre outros problemas a evasão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a pesquisa realizada com gestores e comunidade escolar das cidades de Pau dos Ferros, Pilões e São Francisco do Oeste, percebemos que, os gestores aqui identificados por Gestor 1, Gestor 2 e Gestor 3 apresentam conhecimento prévio sobre o que seria uma gestão democrática. O primeiro relatou que “é a gestão a qual, dentro da escola, todos os segmentos têm uma representação, escolhido por seus pares e opinam e têm poder de decisão. É uma gestão participativa e democrática” (Gestor 1, 2022). O gestor 1 participou de um curso na área da gestão, que foi oferecido pela SEEC.

Os dois outros gestores também possuem uma definição prévia do que seria a gestão democrática, mesmo sem nunca ter participado de um curso na área, relataram que é “uma gestão que atua observando as necessidades da escola, dando oportunidade de fala a toda comunidade escolar” (Gestor 2, 2022) e que “alunos, pais de alunos, professores e demais colaboradores devem participar de forma ativa no processo ouvindo e se colocando de forma ética e com coerência em suas ações” (Gestor 3, 2022).

Observamos que os três gestores conhecem o que seria teoricamente uma gestão escolar democrática, e a consideram importante, relataram ainda que sempre buscam envolver a comunidade escolar na tomada de decisões da escola em que atuam, e ao serem indagados sobre de que modo eles incluem a comunidade nesse processo de tomada de decisões, relatam que os incluem em reuniões com os diversos segmentos da instituição, seja para a elaboração de algum projeto, ou para ouvi-los a cerca de determinados assuntos, levando em consideração a opinião dos mesmos e dialogando sobre as melhores saídas para os conflitos.

Toda gestão é composta por uma série de desafios, e os gestores discorreram sobre quais seriam os desafios para a efetivação da gestão democrática em sua realidade, sendo para o Gestor 1: “envolver a comunidade em projetos além dos muros da escola” (2022). Já segundo o Gestor 2 diz que é “muito difícil ter uma boa participação em reuniões” (2022), deste modo, segundo eles, a comunidade é convidada a participar, porém, a participação não é boa e não acontece de forma ativa.

O Gestor 3 relata que “a família compreender seu papel na Educação dos seus filhos/as. A escola ensina o que a criança precisa em termos de conhecimento, a família educa e põe limites, ou seja, o maior entrave é que as famílias delegam toda sua responsabilidade para a escola” (2022), reforçando o problema apresentado pelo outro gestor, a família, que compõe a comunidade escolar, por várias vezes, não reconhece o papel importante que desempenham neste processo.

Após apuração dos dados coletados na pesquisa com a comunidade escolar (os pais), que aqui chamaremos de CE1, CE2 e CE3, foi possível observar que todos possuem participação na escola no que concerne a tomada de decisões, consideram importante a participação da comunidade nesse espaço. Eles justificaram a relevância da participação relatando que “é muito importante para acompanhar o desenvolvimento e a qualidade do ensino que está sendo ofertado para seu filho(a)” (CE1, 2022). O segundo participante aborda a importância da participação apontando que “a escola e a família realizam um trabalho em conjunto, por isso é fundamental a parceria” (CE2, 2022). O terceiro entrevistado concorda com essa participação e justificou que é necessária para “acompanhar o filho” (CE3, 2022).

De acordo com os dados expostos, observou-se que é de suma importância manter essa participação dos pais no contexto escolar. A pesquisa em questão evidenciou um consenso em relação a importância dessa causa, visando a construção de uma sociedade democrática e participativa, dentro e fora dos muros da escola, sem excluir ou anular a importância que cada membro desempenha.

A participação da comunidade escolar é essencial para que seja efetivada uma gestão de qualidade. No que diz respeito a tomada de decisões dentro da escola com a participação dos pais nos mais diversos assuntos dessa gestão, obteve-se as seguintes colocações: “acompanhar o desenvolvimento do seu filho e as decisões que serão tomadas a seu favor, é um quesito indispensável no que diz respeito a promoção da qualidade de ensino. Participar ativamente da vida escolar analisando o andamento das ações e os resultados de cada etapa, é a melhor forma de ajudar a escola no seu objetivo primordial, que também é o objetivo dos pais: desenvolver o educando/filho(a), assegurando-lhes uma formação indispensável para o pleno exercício da cidadania desses indivíduos” (CE2, 2022).

Gestão escolar e comunidade unidas formarão um caminho de construção da democracia em prol de uma sociedade mais consciente, em diversos contextos e realidades. O segundo participante relata a importância dessa participação justificando: “por que buscamos juntos a construção de um futuro melhor, com cidadãos mais conscientes” (CE2, 2022).

No sentido de assumir também responsabilidades junto à gestão, usar do conhecimento da realidade para construir esse elo de parceria, o terceiro participante frisa a importância da participação ativa na escola abordando que a participação vai servir para “Para contribuir com a escola” (CE3, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que participação da comunidade na gestão da escola pública encontra inúmeros obstáculos para concretizar-se. Através da observação pode-se evidenciar que apesar do entendimento do conceito entre os gestores não houve a normatização necessária da gestão democrática nos sistemas de ensino, nesse sentido cada instituição faz à sua maneira, principalmente quando voltado a participação da comunidade. Diante disso, observa-se um reflexo da falta de políticas que busquem refletir sobre a importância da gestão democrática aplicada de maneira efetiva que contribua positivamente para uma educação pública de qualidade, com cada um desempenhando seus papéis que juntos completam um todo.

A intenção deste trabalho foi expor o que aprendemos sobre a gestão democrática e a sua importância na formação de uma educação, justa, participativa e coerente. Buscando engajar a comunidade através do princípio básico da participação, criar espaços de diálogos que possa da voz e escutar aos anseios e demandas da comunidade atendida, gerenciar o tempo, equilibrar o papel do gestor e democracia. Entendemos que a gestão democrática é um processo gradual, mas um pilar crucial para a formação de cidadão com pensamento crítico e construtivo.

REFERÊNCIAS

BASTOS, João B. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis tem haver com isto? IN: BASTOS, João B. (Org.). **Gestão democrática**. DP&A, 4ª ed., Rio de Janeiro, 2005.

BERALDO, Fernando; PELOZO, Rita C. B. A gestão participativa na escola pública: tendências e perspectivas. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, nº 10, 2007.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Marco Aurélio Nogueira (Trad.). Paz e Terra, São Paulo, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL, 1996.



BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais (5ª a 8ª Série): introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** MEC/SEF, Brasília, 1998.

BRASIL. **Plano nacional de educação (PNE). Lei Federal n.º 13.005, de 2014.** MEC, Brasília, 2015.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação.** Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.

ESQUINSANI, Rosimar S. S. **Práticas de gestão escolar e seus indicadores democráticos discussões, experiências e ações da gestão.** Almir Paulo dos Santos (Org.), 1ª ed., Curitiba, 2021.

GIL, Antônio C. **Método e técnicas de pesquisa social.** Atlas, São Paulo/SP, 1999.

LIBÂNIO, José C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Editora Alternativa, 5ª ed., Goiânia, 2004.

PARO, Vitor. H. **Administração escolar: introdução crítica.** Cortez Editora, São Paulo, 1986.

PARO, Vitor H. Estrutura da escola e integração da comunidade. IN: PARO, Vitor H. **Crítica a estrutura da escola.** Cortez Editora, São Paulo, 2011.

PARO, Vitor H. Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. IN: PARO, Vitor H. **Gestão democrática da escola pública.** Editora Ática, 3ª ed., São Paulo, 2006.

PARO, Vitor H. **Por dentro da escola pública.** Xamã, São Paulo, 1995.